

**NU FINANCEIRA S.A. – Sociedade de
Crédito, Financiamento e Investimento**

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16

Diretoria**Diretora Presidente**

Livia Martines Chanes

Diretores

Arthur Ferreira Valadão

Caio Cezar Banti

Carlos Cornet Scharfstein

Cesar Augusto de Oliveira Gonçalves

Guilherme Marques do Lago

Guilherme Torrens Wunsch

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Rodrigo Santos Silva

Valesca Cidronio Gomes (*)

Vitor Guarino Olivierf

Contadora

Valesca Cidronio Gomes

CRC - 1SP-309969/O-6

(*) Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração

(Em milhares de reais)

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira") apresenta as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

A Companhia é parte do Grupo Nu ("Grupo" ou "Nu"), o qual possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd. ("Nu Holdings").

Perfil Corporativo

A Nu Financeira foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 2018.

A Companhia possui como principais produtos:

- **Depósitos:** Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), modalidades de depósitos ofertadas aos clientes, através da Conta do Nubank, com rendimentos vinculados à taxa de certificado de depósito interbancário (CDI).
- **Cartão de Crédito:** Cartão de crédito internacional da bandeira Mastercard, controlado por um aplicativo para smartphone também com função débito.
- **Empréstimos para pessoas físicas e pessoas jurídicas:** Empréstimos totalmente customizáveis em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nu. As informações dos contratos são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação; além disso, os recursos das operações são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank.
- **Empréstimos pessoais com garantias:** Opções de empréstimos pessoais com garantia e com taxas menores. Os clientes podem utilizar saldo disponível em RDB, antecipação das parcelas e saque aniversário do FGTS ou vincular determinados títulos e valores mobiliários custodiados em suas contas na Nu Investimentos S.A. - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Nu Investimentos" - anteriormente denominada "Nu Invest Corretora de Valores S.A.").
- **NuConsignado:** Empréstimos consignados para servidores públicos federais e para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Destaques financeiros

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$9.1 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 84% em comparação a R\$4.9 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Abaixo seguem alguns destaques:

a. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de empréstimo e de cartão de crédito em 31 de dezembro de 2024, somaram o montante de R\$65.5 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 73% em comparação a R\$37.9 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$17.1 bilhões, um aumento de 71% se comparado com os R\$10 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

b. Depósitos

A Companhia apresentou, durante o exercício, um aumento nas suas operações de captação em decorrência de depósitos de seus clientes. Em 31 de dezembro de 2024, a Nu Financeira possuía o saldo total de R\$136.1 bilhões captados através de RDB e CDB, o que representa um aumento de 32% quando se compara ao montante de R\$103.4 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

c. Investimentos

Durante o exercício de 2024, não foram realizados aportes de capital em empresas controladas.

Em 15 de março de 2024, foi solicitado ao BACEN, o pedido de incorporação reversa da Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("Nu DTVM") pela sua controlada direta Nu Investimentos com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo e trazer mais eficiência e sinergia às suas operações, otimizando a estrutura de custos de sociedades que desempenham atividades semelhantes e combinando os negócios da Nu DTVM com a Nu Investimentos. Em 30 de setembro de 2024, o Bacen aprovou a incorporação reversa, mediante versão da totalidade do patrimônio da Nu DTVM e consequente extinção da mesma, sucedendo-lhe a Nu Investimentos em todos os direitos e obrigações.

d. Aumento de capital e política de destinação de lucros

Em 28 de abril de 2023, a assembleia geral extraordinária deliberou aumento de capital no montante de R\$1.3 bilhões, sendo este aprovado pelo BACEN no dia 29 de junho de 2023.

A companhia encerrou o exercício de 2024 com um capital social de R\$5.3 bilhões (R\$5.3 bilhões em 31 de dezembro de 2023).

Em relação à destinação do lucro líquido, o estatuto social da Companhia estabelece que, ao término do exercício social, deverá ser destinado pela assembléia geral pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social. Em 2023 foram deliberados dividendos no montante de R\$500 milhões, que excedem o dividendo mínimo obrigatório. Durante o exercício de 2024 foram deliberados 6.6 bilhões de dividendos à sua controladora Nu Pagamentos S.A..

e. Títulos mantidos até o vencimento

A Companhia declara, conforme requerido pela circular nº 3.068/01 do BACEN, ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$4.1 bilhões, representando 7.7% do total de títulos e valores mobiliários em dezembro de 2024 (R\$256 milhões, representando 0.8% do total de títulos de valores mobiliários em dezembro de 2023).

Comentários adicionais

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no relatório *Form 20-F* da controladora indireta Nu Holdings Ltd.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos Conselheiros e Administradores da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

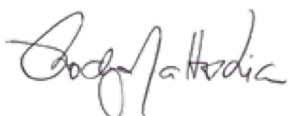
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.079.257	15.590.005
Disponibilidades		28.859	34.615
Investimentos de curto prazo		55.209	5.022
Depósitos No Banco Central Do Brasil		22.995.189	15.550.368
Instrumentos financeiros		157.105.695	109.701.903
Títulos e valores mobiliários	6	53.666.485	34.121.748
Instrumentos financeiros derivativos ativos	7	25.419	402
Relações interfinanceiras ativas	8	37.887.277	34.070.536
Operações de crédito adquiridas	9	-	3.568.127
Operações de crédito	10	65.526.514	37.941.090
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(17.152.227)	(10.024.226)
Outros créditos	11	33.739	14.038.981
Ativos Fiscais		9.036.877	5.573.620
Correntes		1.972.515	1.067.401
Diferidos	25	7.064.362	4.506.219
Investimentos em participações em controladas	12	4.568.361	4.723.102
Imobilizado de uso		40.812	38.883
Intangível		190.910	117.387
Depreciações e amortizações		(46.024)	(19.377)
Total do Ativo		176.857.400	139.740.278
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		154.610.693	107.553.206
Depósitos	13	136.111.449	103.381.680
Obrigações por empréstimos	14	3.770.672	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	7.276.221	1.049.484
Dívidas subordinadas	16	4.252.349	2.099.584
Instrumentos financeiros derivativos passivos	7	94.947	242
Obrigações por operações compromissadas	17	3.105.055	1.022.216
Outras obrigações	18	1.101.339	16.324.428
Provisões legais e contingências passivas	19	10.624	2.829
Obrigações fiscais		8.548.525	5.852.685
Correntes		8.548.525	5.810.068
Diferidos	25	-	42.617
Total do Passivo		164.271.181	129.733.148
Patrimônio líquido	21	12.586.219	10.007.130
Capital social		5.303.748	5.303.748
Reservas de capital		145.179	92.565
Reservas de lucros		7.119.548	4.574.324
Outros resultados abrangentes		17.744	36.493
Total do Passivo e Patrimônio líquido		176.857.400	139.740.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		31/12/2024		31/12/2023
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	22	25.350.698	46.628.697	29.121.557
Receita de operações de crédito		20.297.052	38.093.826	22.976.290
Resultado de títulos e valores mobiliários		2.600.373	4.437.525	3.443.201
Receita de tarifas e similares		-	-	4.033
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		302.231	267.464	(6.579)
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos com o Banco Central		2.151.042	3.829.882	2.704.612
Despesas da intermediação financeira	23	(7.269.395)	(12.656.722)	(9.754.741)
Despesa de juros e similares		(6.811.145)	(12.146.369)	(9.645.472)
Despesa com tarifas e similares		(92.405)	(170.954)	(108.930)
Variação cambial		(365.845)	(339.399)	(339)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		18.081.303	33.971.975	19.366.816
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(6.845.151)	(12.934.113)	(7.792.394)
Resultado de intermediação financeira		11.236.152	21.037.862	11.574.422
Outras receitas/despesas operacionais	24	(3.535.281)	(6.183.943)	(3.488.666)
Outras despesas relacionadas a crédito		(301.541)	(537.852)	(409.724)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(296.239)	(501.464)	(239.806)
Despesas de pessoal		(582.588)	(1.040.056)	(612.471)
Despesas tributárias		(937.424)	(1.726.294)	(984.492)
Despesas de provisões legais		(3.709)	(7.795)	(2.594)
Outras despesas administrativas		(1.267.187)	(2.085.367)	(1.202.235)
Resultado de participações em controladas		(43.399)	(129.503)	12.643
Amortização de ágio na aquisição de investimentos		(51.033)	(51.033)	-
Outras receitas operacionais		2.677	3.389	6.900
Outras despesas operacionais		(54.838)	(107.968)	(56.887)
Resultado antes dos tributos		7.700.871	14.853.919	8.085.756
Tributos sobre o lucro	25	(2.868.193)	(5.725.609)	(3.123.043)
Provisão para imposto de renda		(2.474.373)	(5.080.914)	(3.433.832)
Provisão para contribuição social		(1.641.141)	(3.231.667)	(2.155.881)
Impostos diferidos		1.247.321	2.586.972	2.466.670
Resultado líquido		4.832.678	9.128.310	4.962.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024		31/12/2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado líquido		4.832.678	9.128.310	4.962.713
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	6	(19.996)	(20.335)	13.337
Variação de valor justo		(33.558)	(34.123)	22.228
Imposto diferido	25	13.562	13.788	(8.891)
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada	12	1.214	1.586	1.573
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda		1.441	1.411	523
Variação de valor justo		2.401	2.339	870
Imposto diferido		(960)	(928)	(347)
Hedge de Fluxo de Caixa		(227)	175	1.050
Parcela efetiva das mudanças no valor justo		(378)	291	1.750
Imposto diferido		151	(116)	(700)
Total de Outros resultados abrangentes		(18.782)	(18.749)	14.910
Resultado abrangente líquido		4.813.896	9.109.561	4.977.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2022		4.008.405	66.340	1.406.954	21.583	-	5.503.282
Aumento de capital	21	1.295.343	-	(1.295.343)	-	-	-
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	21	-	24.435	-	-	-	24.435
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada	12	-	10.522	-	-	-	10.522
Recompra de ações - controladas	12	-	(8.732)	-	-	-	(8.732)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	6	-	-	-	13.337	-	13.337
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexa de controlada		-	-	-	1.050	-	1.050
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda - reflexo de controlada		-	-	-	523	-	523
Resultado do exercício		-	-	-	-	4.962.713	4.962.713
Destinações:							
Reserva legal	21	-	-	248.136	-	(248.136)	-
Reserva estatutária	21	-	-	4.214.577	-	(4.214.577)	-
Dividendos	21	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Saldo em 31/12/2023		5.303.748	92.565	4.574.324	36.493	-	10.007.130
Mutações no período		1.295.343	26.225	3.167.370	14.910	-	4.503.848

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023		5.303.748	92.565	4.574.324	36.493	-	10.007.130
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	21	-	28.405	-	-	-	28.405
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada	12	-	24.209	-	-	-	24.209
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	6	-	-	-	(20.335)	-	(20.335)
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexa de controlada		-	-	-	175	-	175
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda - reflexo de controlada		-	-	-	1.411	-	1.411
Resultado do exercício		-	-	-	-	9.128.310	9.128.310
Destinações:							
Reserva legal	21	-	-	456.416	-	(456.416)	-
Reserva estatutária	21	-	-	4.376.267	-	(4.376.267)	-
Dividendos	21	-	-	(2.287.459)	-	(4.295.627)	(6.583.086)
Saldo em 31/12/2024		5.303.748	145.179	7.119.548	17.744	-	12.586.219
Mutações no período		-	52.614	2.545.224	(18.749)	-	2.579.089

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 30/06/2024		5.303.748	125.103	2.621.240	36.526	4.295.632	12.382.249
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	21	-	11.052	-	-	-	11.052
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada	12	-	9.024	-	-	-	9.024
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	6	-	-	-	(19.996)	-	(19.996)
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexo de controlada		-	-	-	(227)	-	(227)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda - reflexo de controlada		-	-	-	1.441	-	1.441
Resultado do semestre		-	-	-	-	4.832.678	4.832.678
Destinações:							
Reserva legal	21	-	-	456.416	-	(456.416)	-
Reserva estatutária	21	-	-	4.376.267	-	(4.376.267)	-
Dividendos	21	-	-	(334.375)	-	(4.295.627)	(4.630.002)
Saldo em 31/12/2024		5.303.748	145.179	7.119.548	17.744	-	12.586.219
Mutações no período		-	20.076	4.498.308	(18.782)	(4.295.632)	203.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		31/12/2024		31/12/2023
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre / exercício		4.832.678	9.128.310	4.962.713
Ajustes ao resultado líquido:				
Depreciação/amortização	24	13.974	26.663	15.392
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	8.532.551	15.886.117	9.670.576
Ajuste a valor de mercado de hedge de portfólio	22	-	3.550	(18.793)
Tributos diferidos	25	(1.247.321)	(2.586.972)	(2.466.670)
Resultado de participação em controladas	12	43.399	129.503	(12.643)
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	12	51.033	51.033	-
Despesas de provisões legais	24	3.709	7.795	2.594
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários		(144.555)	4.654	(3.716)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos	16	106	(1.105)	(2.430)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		32.926	69.688	(544)
Despesa de juros com títulos emitidos	23	666.117	1.007.453	333.459
Variação cambial de obrigações por empréstimos	14	356.818	356.818	-
Juros de obrigações por empréstimos	14	66.714	66.714	-
Plano de ações		12.917	31.853	30.812
Baixa de ativo intangível	24	1.649	1.649	15.352
Resultado ajustado		13.222.715	24.183.723	12.526.102
Aumento/redução líquido de ativos e passivos operacionais:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		45.115	-	-
Títulos e valores mobiliários		(14.722.657)	(19.583.514)	(4.534.161)
Relações interfinanceiras		(4.249.038)	(3.816.741)	(14.293.286)
Operações de crédito adquiridas		1.700.722	3.568.127	2.435.122
Operações de crédito		(34.663.367)	(67.050.187)	(40.080.025)
Juros recebidos sobre operações de crédito		16.774.353	30.703.097	16.910.786
Outros créditos		13.084.704	14.005.242	(7.624.865)
Ativos fiscais correntes		(1.159.494)	(905.114)	(551.941)
Depósitos		20.310.524	32.729.769	28.009.466
Outras obrigações		(12.864.938)	(14.726.537)	8.787.902
Obrigações fiscais correntes		5.304.007	9.218.454	6.227.560
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.133.588)	(6.479.997)	(2.895.171)
Pagamento de juros sobre obrigações por operações compromissadas	17	(260.802)	(525.978)	(3.242.299)
Obrigações por operações compromissadas	17	(1.500.570)	2.608.817	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		(112.314)	3.929.161	1.675.190
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(47.255)	(75.188)	(82.704)
Aquisição de imobilizado		(934)	(1.929)	(32.820)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento		(48.189)	(77.117)	(115.524)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de dívidas emitidas	15 e 16	2.196.241	7.373.154	1.114.323
Aumento de obrigações por empréstimos	14	3.347.140	3.347.140	-
Pagamento de dividendos	21	(4.630.002)	(7.083.086)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		913.379	3.637.208	1.114.323
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	22.326.381	15.590.005	12.916.016
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	23.079.257	23.079.257	15.590.005
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		752.876	7.489.252	2.673.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI ("Companhia" ou "Nu Financeira") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 – São Paulo – Brasil.

A Nu Financeira tem por objetivo a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento permitidas de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em junho de 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nu.

A Companhia é parte do Grupo Nu, a qual possui como controladora direta a Companhia Nu Pagamentos S.A. e controladora final a entidade Nu Holdings.

A Companhia opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Contábeis devem ser consideradas nesse contexto.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as

informações relevantes nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 20 de fevereiro de 2025.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; estimativa do valor justo dos benefícios dos planos de ações; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; realização do crédito tributário; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias a contar da data de aquisição, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados para relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Contabilidade de hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é

designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição à alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os instrumentos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia puder esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

(i.a) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço Patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e

se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos,

controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, sejam eles provenientes do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínimo requerido. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão mínima) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático de acordo com as definições da Resolução nº 4.557/17 do CMN, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos internos de perda, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

As operações são registradas e contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, sendo:

Operação com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios

São operações em que a instituição vendedora retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, isto é, quando sua exposição à variação no valor presente do fluxo de caixa futuro esperado não é alterada significativamente.

Os valores pagos na operação são registrados no ativo, como direito a receber da instituição vendedora, e as receitas são apropriadas ao resultado pelo prazo remanescente da operação.

Operação com transferência substancial dos riscos e benefícios

São operações em que a instituição vendedora transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, isto é, quando sua exposição à variação no valor presente do fluxo de caixa futuro esperado é reduzida significativamente.

O ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago e o resultado da negociação é apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação.

h. Outros créditos

Além de outros valores a receber, a rubrica "Outros créditos" no Balanço Patrimonial é composta substancialmente por:

Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes, que podem ser terceiros ou partes relacionadas.

i. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis dos ativos intangíveis devem ser ajustados pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorreu.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis.

k. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos são desdobrados em valor do patrimônio líquido na época da aquisição e ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações. O ágio ou deságio é identificado em função do seu fundamento econômico, como (i) diferença entre o valor de mercado dos ativos adquiridos e o valor contábil, (ii) valor de rentabilidade, com base em previsão dos resultados futuros; e (iii) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

O ágio ou deságio, com fundamento na diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos adquiridos deve ser amortizado no exercício social em que os bens que o justificaram forem baixados por alienação ou perecimento, ou nos exercícios sociais em que seu valor for realizado por depreciação, amortização ou

exaustão; e ágios com base na expectativa de rentabilidade futura são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. Os investimentos, inclusive os ágios, são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

I. Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta do Nubank, cuja remuneração é de 100% do CDI, a partir do trigésimo primeiro dia, contando também com o recebimento do rendimento retroativo dos trinta dias iniciais sobre o saldo depositado e não movimentado, e é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem, substancialmente, aos montantes vinculados a depósitos compulsórios do BACEN, e também a direitos reconhecidos pelo método de taxa efetiva de juros, relativos a valores a receber de instituições emissoras de instrumento de pagamento relativos a transações de pagamentos.

n. Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros e/ou com partes relacionadas, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

o. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma

ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações contábeis, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

q. Pagamentos baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de Restricted Stock Units ("RSUs") e outras transações ("contingent shares awards") com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

Desde 2020 os incentivos aos empregados passaram a ser unicamente concedidos através do recebimento de ações ordinárias (Unidades Restritas de Ações - "RSUs") após passagem do período de aquisição do direito (vesting).

Após a data do IPO, o valor justo dos RSUs concedidos é determinado com base no preço da ação negociada.

Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo para SOPs e RSUs e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada ("graded") considerando as diversas tranches individuais de aquisição dos SOPs e RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de SOPs e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

r. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As principais receitas e despesas da Companhia estão assim representadas na demonstração do resultado:

- Receita de operação de crédito: Registrar as rendas de operação de créditos, que constituam receita efetiva da Companhia, no período.
- Resultado de títulos e valores mobiliários: Registrar as rendas de operação e as variações de mercado, positivas ou negativas, de títulos e valores mobiliários, que constituem o resultado efetivo da instituição, no período.
- Despesa de juros e similares: Registrar as despesas com captação da Companhia no período, composta principalmente pela remuneração dos depósitos da Conta do Nubank e por despesas de juros com títulos emitidos pela Companhia.

s. Imposto de renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes originam-se dos tributos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a Contribuição Social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

t. Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 29.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, conforme mencionado na nota 2. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia reconhece provisão complementar para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito adicionais à provisão mínima com base nos critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tal provisão representa as melhores estimativas da administração referente às perdas esperadas na data dessas demonstrações contábeis, considerando que o montante total da mesma atenderá o mínimo requerido pela Res. 2682/99, conforme nota 3f.

A administração realiza análise na sua carteira de crédito para determinar indícios de redução no valor recuperável e para avaliar a adequação da provisão com base em tendências históricas e atuais, bem como outros fatores que afetam as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principais julgamentos

Os principais julgamentos realizados pela administração em vista da provisão complementar:

- a) Definição de inadimplência
- b) Estimativas e informações prospectivas
- c) Probabilidade de inadimplência
- d) Valor esperado da exposição no momento da inadimplência
- e) Valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência
- f) Perda de crédito final, dado o evento da inadimplência

Análise de sensibilidade

A metodologia de cálculo de provisão leva em consideração expectativas e projeções de indicadores macroeconômicos do país em diferentes condições. Cenários econômicos carregam uma incerteza de concretização, desta maneira, é atribuída uma ponderação que visa a refletir as expectativas da administração acerca dos efeitos econômicos nos volumes de perda, sendo o valor alocado para

fins de provisão a média ponderada desses cenários. A tabela abaixo detalha o valor de provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito tomando como base a aplicação de uma ponderação de 100% para cada cenário.

	Valor contábil	Otimista	Moderado	Pessimista
Provisão total	17.152.227	16.094.608	16.950.612	18.456.446

Perdas de crédito em outros instrumentos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros classificados como títulos e valores mobiliários e em valores a receber - credenciadoras que representam a melhor estimativa de provisão da administração em cada data de relatório.

A administração realiza uma análise dessas exposições para determinar se ocorreram perdas de crédito e para avaliar a adequação da provisão com base nas tendências históricas e atuais, bem como em outros fatores que afetam as perdas de crédito.

Principais julgamentos

Os julgamentos críticos feitos pela administração ao aplicar a metodologia de provisão para perdas de crédito esperadas para exposição corporativa são:

- a) Definição de inadimplência;
- b) Definição de aumento significativo do risco de crédito e da vida útil; e
- c) Período de lookback utilizado para estimação dos parâmetros (probabilidade de inadimplência, exposição na inadimplência e perda dada a inadimplência).

b. Análise de *impairment* do ágio

Para efeitos de teste de *impairment*, as atividades de investimentos ("Investments") formaram a unidade geradora de caixa ("UGC"), para a qual o ágio foi alocado. O teste de *impairment* foi realizado na data base de 30 de setembro de 2024 e nenhum ajuste ao valor recuperável do ágio foi registrado nas demonstrações contábeis, porque os valores recuperáveis desta UGC foram considerados superiores ao seu valor contábil.

Os valores recuperáveis da UGC foram calculados com base em seu valor em uso, determinado descontando os fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pelo uso contínuo dos ativos da UGC e sua alienação final.

Principais áreas de julgamento

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração das tendências futuras no setor relevante e foram baseados em

dados históricos de fontes externas e internas.

A taxa de desconto utilizada foi o custo de capital próprio para negócios no Brasil, onde as atividades da entidade adquirida estão concentradas. As projeções de fluxo de caixa por cinco anos para UGC de Investments foram incluídas no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento de longo prazo foi usada para extrapolar os fluxos de caixa para além desses períodos. A taxa de crescimento na perpetuidade é equivalente à taxa de inflação de longo prazo projetada pelo BACEN.

O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis médios de crescimento experimentados nos últimos cinco anos e o crescimento estimado para os próximos cinco anos. O lucro orçado antes de impostos, depreciação e amortização foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. As principais premissas descritas acima podem mudar à medida que as condições econômicas e de mercado mudam.

O valor recuperável estimado para UGC de Investments excedeu seu valor contábil, em 30 de Setembro de 2024. O valor contábil e as principais premissas utilizadas na determinação do valor recuperável são:

Unidades geradoras de caixa	Valor contábil	Ágio em 30/09/2024	Taxa de desconto (%)	Taxa de crescimento (%)
Investments (i)	2.827.706	221.183	15,95	3.6

c. Pagamento baseado em ações

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo dos instrumentos outorgados após o IPO é baseado no valor de negociação das ações na bolsa de valores.

d. Provisão legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo e suas subsidiárias são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os casos que representem perdas com uma provável saída de recursos para a liquidação. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e seu significado jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos.

Principais julgamentos

A provisão representa principalmente a melhor estimativa da administração da responsabilidade futura do Grupo em relação a reclamações cíveis e trabalhistas.

Para contingências com possibilidade de perda provável, as estimativas são

baseadas na avaliação estatística das informações relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia, considerando os custos médios históricos.

O valor que é reconhecido como uma provisão também pode ser suscetível às premissas assumidas no cálculo. Isso dá origem a uma ampla gama de resultados potenciais que requerem julgamento na determinação de um nível de provisão apropriado. O Grupo acredita que os seus métodos de avaliação dos passivos contingentes são adequados e consistentes ao longo dos períodos. A administração acredita que, devido à quantidade atual de perdas e ao valor total envolvido, caso utilizasse premissas diferentes das atualmente utilizadas, não ocorreria impacto material na provisão.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os *inputs* relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 26.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	28.859	34.615
Investimentos de curto prazo	55.209	5.022
Depósitos No Banco Central Do Brasil	22.995.189	15.550.368
Total	23.079.257	15.590.005

a. Disponibilidades

	31/12/2024	31/12/2023
Banco - conta movimento - Partes relacionadas (Nota 20)	28.437	27.191
Banco - conta movimento - Diversos	422	7.424
Total	28.859	34.615

b. Investimentos de curto prazo

	31/12/2024		31/12/2023
	0 - 30 dias	Total	Total
Fundos de investimento	1.584	1.584	5.022
Depósito à prazo	53.625	53.625	-
Total	55.209	55.209	5.022

Corresponde a cotas de fundos de investimento em títulos de renda fixa, com liquidez diária.

c. Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos No Banco Central Do Brasil	22.995.189	15.550.368
Total	22.995.189	15.550.368

Os depósitos voluntários no Banco Central do Brasil são realizados com base na Resolução nº 129 de 19 de agosto de 2021 e são considerados como caixa e equivalentes de caixa por terem prazo de um dia útil. A remuneração destes depósitos é definida pelo BACEN, expressa de forma anual considerando-se 252 dias úteis, e divulgada diariamente. O rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 100% da taxa referencial de juros ("DI").

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira própria	48.573.117	32.955.372
Vinculados a operações compromissadas	3.111.583	1.024.785
Vinculados a prestação de garantias	1.981.785	141.591
Total	53.666.485	34.121.748
Circulante	5.933.681	1.870.811
Não circulante	47.732.804	32.250.937

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	31/12/2024					31/12/2023
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Carteira própria	49.814.863	49.813.648	808.482	4.224.791	44.780.375	32.955.372
Para negociação	3.104.550	3.108.015	159.895	1.293.424	1.654.696	1.567.791
Disponível para venda	42.556.726	42.552.046	648.587	-	41.903.459	31.131.847
Mantidos até o vencimento	4.153.587	4.153.587	-	2.931.367	1.222.220	255.734
Vinculados a operações compromissadas	3.099.136	3.111.583	-	-	3.111.583	1.024.785
Disponível para venda	3.099.136	3.111.583	-	-	3.111.583	1.024.785
Vinculados à prestação de garantias	738.426	741.254	-	54.194	687.060	141.591
Disponível para venda	738.426	741.254	-	54.194	687.060	141.591
Total	53.652.425	53.666.485	808.482	4.278.985	48.579.018	34.121.748

Não houve reclassificação nos critérios de registro dos títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. Para negociação

	31/12/2024					31/12/2023
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Carteira própria	3.104.550	3.108.015	159.895	1.293.424	1.654.696	1.567.791
Títulos públicos - Brasil	2.944.655	2.948.120	-	1.293.424	1.654.696	1.501.629
Letras Financeiras do Tesouro	865.243	868.134	-	-	868.134	1.501.629
Letras do Tesouro Nacional	889.760	890.410	-	103.848	786.562	-
Notas do Tesouro Nacional	1.189.652	1.189.576	-	1.189.576	-	-
Títulos privados - Brasil	159.895	159.895	159.895	-	-	66.162
Debêntures	-	-	-	-	-	46.772
Notas promissórias	-	-	-	-	-	19.390
Cotas de fundos de investimento	159.895	159.895	159.895	-	-	-
Total	3.104.550	3.108.015	159.895	1.293.424	1.654.696	1.567.791

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

c. Disponíveis para venda

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, são perdas de R\$20.335 e ganhos de R\$13.337 líquidos de impostos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023, respectivamente.

	31/12/2024					31/12/2023
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Carteira própria	42.556.726	42.552.046	648.587	-	41.903.459	31.131.847
Títulos públicos - Brasil	39.761.696	39.833.250	-	-	39.833.250	28.634.357
Letras Financeiras do Tesouro	39.761.696	39.833.250	-	-	39.833.250	28.634.357
Títulos privados - Brasil	2.795.030	2.718.796	648.587	-	2.070.209	2.497.490
Cotas de fundos de investimento	696.251	648.587	648.587	-	-	239.867
Debêntures	1.888.328	1.858.886	-	-	1.858.886	2.017.729
Certificado de recebíveis imobiliários	57.344	58.216	-	-	58.216	86.649
Notas comerciais	153.107	153.107	-	-	153.107	153.245
Vinculados a prestação de garantias	738.426	741.254	-	54.194	687.060	141.591
Títulos públicos - Brasil	684.017	686.866	-	-	686.866	141.514
Letras Financeiras do Tesouro	684.017	686.866	-	-	686.866	141.514
Títulos privados - Brasil	215	194	-	-	194	76
Debêntures	215	194	-	-	194	76
Títulos privados - Exterior	54.194	54.194	-	54.194	-	1
Depósitos	54.194	54.194	-	54.194	-	1
Títulos públicos - Vinculados a recompra	3.099.136	3.111.583	-	-	3.111.583	1.024.785
Letras Financeiras do Tesouro	3.099.136	3.111.583	-	-	3.111.583	1.024.785
Total	46.394.288	46.404.883	648.587	54.194	45.702.102	32.298.223

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

d. Mantidos até o vencimento

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo atualizado / Valor contábil	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Custo atualizado / Valor contábil
Carteira própria	2.915.090	1.692.870	1.222.220	255.734
Títulos públicos - Exterior (i)	2.915.090	1.692.870	1.222.220	255.734
Vinculados a prestação de garantias	1.238.497	1.238.497	-	-
Títulos públicos - Exterior (i)	1.238.497	1.238.497	-	-
Total	4.153.587	2.931.367	1.222.220	255.734

(i) Refere-se a notas soberanas emitidas pelo Reino da Espanha, Certificados do Tesouro da Federação - CETES emitidos pelo Banco do México e KDB (The Korea Development Bank).

7. Instrumentos financeiros derivativos

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Futuro	979	402
Non-deliverable forward (NDF)	24.440	-
Total	25.419	402
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Futuro	10.703	2
Non-deliverable forward (NDF)	83.762	240
Swap	482	-
Total	94.947	242

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	31/12/2024				31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	3.674.285	-	-	3.674.285	43.611
Taxa de juros	-	-	-	-	43.611
Moeda estrangeira	3.674.285	-	-	3.674.285	-
Compromissos de venda	1.886.441	89.649	166.830	2.142.920	1.242.147
Taxa de juros	1.886.441	89.649	166.830	2.142.920	1.242.147
Contratos de swaps	-	-	18.400	18.400	53.100
Taxa de juros	-	-	18.400	18.400	53.100
Contratos de NDF	2.040.332	-	-	2.040.332	-
Moeda estrangeira	2.040.332	-	-	2.040.332	-
Total	7.601.058	89.649	185.230	7.875.937	1.338.858

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuro por fator de risco

	31/12/2024		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	5.817.205	979	10.703
Futuro - DI	2.050.766	946	-
Futuro - DAP	92.154	28	-
Futuro - DOL	3.674.285	5	10.703
Total	5.817.205	979	10.703

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2023		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	1.285.758	402	242
Futuro - DI	1.239.594	318	240
Futuro - DAP	46.164	-	2
Futuro - DOL	-	84	-
Total	1.285.758	402	242

Os contratos de futuros são negociados na Bolsa de Valores, tendo como contraparte a própria B3.

No exercício de 2024 a companhia descontinuou os contratos de futuro DI designados como *hedge accounting* de portfólio de crédito (R\$1.171.570 em 31 de dezembro de 2023). Vide letra “e” com maiores detalhes da operação.

Em 31 de dezembro de 2024 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$686.866 (R\$141.514 em 31 de dezembro de 2023) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de contratos de swap por fator de risco

	31/12/2024					
	Valor de referência	Custo amortizado		Valor de mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap pré x DI	18.400	35.807	36.546	32.042	52.078	(482)
Total	18.400	35.807	36.546	32.042	52.078	(482)

	31/12/2023					
	Valor de referência	Custo amortizado		Valor de mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap pré x DI	53.100	91.565	93.077	96.442	105.550	(240)
Total	53.100	91.565	93.077	96.442	105.550	(240)

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados com instituições financeiras como contraparte. O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024 refere-se à variação de mercado do último dia útil do mesmo mês.

d. Valores a receber e a pagar de contratos de NDF por fator de risco

	31/12/2024		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Non-deliverable forward (NDF)			
NDF	2.040.332	24.440	83.762
Total	2.040.332	24.440	83.762

O fator de risco dos contratos de NDF é cambial (peso mexicano), a liquidação ocorre apenas no vencimento do instrumento.

e. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de risco de taxa de juros do portfólio de crédito

A companhia mantém carteiras de empréstimos a clientes e refinanciamento de recebíveis de cartões de crédito a taxas de juros fixas, o que cria risco de mercado devido à variação da taxa de referência dos depósitos interbancários brasileiros (CDI). Assim, para proteger o risco de taxa prefixada da variação do CDI, a Companhia contratava contratos futuros de DI para compensar o risco de mercado e aplicava contabilidade de hedge com o objetivo de eliminar diferenças entre a mensuração contábil de seus derivativos e itens protegidos que são ajustados para refletir a variação do CDI para parte do seu portfólio.

A estratégia geral de cobertura da Companhia era reduzir as variações de valor justo da carteira de taxa fixa como se fossem instrumentos de taxa variável ligados às taxas de referência atribuíveis. Dessa forma, para refletir a natureza dinâmica da carteira protegida, a estratégia era reequilibrar os contratos futuros de DI e avaliar o valor alocado pela carteira de crédito. Além disso, a ineficácia podia surgir da disparidade entre os pré-pagamentos esperados e os reais (risco de pré-pagamento).

De acordo com a sua estratégia de cobertura, a companhia calculava o DV01 (*delta value of a basis point* - valor delta de um ponto base) da exposição e dos futuros para identificar a proporção de cobertura ideal e monitorar antecipadamente a relação de cobertura providenciando eventuais reequilíbrios se necessário. A necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI era avaliada, para contrabalançar o ajuste do valor de mercado do item objeto de hedge, visando assegurar eficácia do hedge entre 80% e 125%, conforme determinado na documentação do hedge.

O teste de efetividade do hedge era feito com base prospectiva e retrospectiva. No teste prospectivo, o Grupo comparava o impacto de um deslocamento paralelo de 1 ponto-base na curva de taxa de juros (DV01) no objeto protegido e no valor de mercado do instrumento de hedge. Para o teste retrospectivo, a variação do valor de mercado desde o início do objeto de hedge era comparada com o instrumento de hedge. Em ambos os casos, o hedge era considerado efetivo se a correlação estivesse entre 80% e 125%.

Para hedges de valor justo designados e qualificados, a variação cumulativa no valor justo do instrumento de hedge e do item coberto atribuível ao risco coberto era reconhecida na demonstração do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos". Além disso, a variação acumulada no valor justo do item coberto atribuível ao risco coberto era registrada como parte do valor contábil do objeto de hedge no balanço patrimonial, na rubrica Operações de crédito.

Em fevereiro de 2024 o hedge foi descontinuado, a tabela abaixo apresenta os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023			
	Objeto de hedge		Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Valor nominal	Ajuste a valor de mercado
Portfólio de cartão de crédito	25.989	158	38.457	(88)
Portfólio de empréstimos	797.524	3.392	1.133.114	(2.855)
Total	823.513	3.550	1.171.571	(2.943)

8. Relações interfinanceiras

a. Composição das relações interfinanceiras

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (i) (Nota 20)	8.978.697	9.629.481
Valores a receber - Credenciadoras	5.765.320	8.203.956
Reservas compulsórias - Banco Central	23.143.260	16.237.099
Total	37.887.277	34.070.536
Circulante	37.887.277	34.070.536
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a aquisições de recebíveis de transação de pagamento de sua controladora, cedidos por instituições credenciadoras. Em 31 de dezembro de 2024, a linha era composta de R\$9.109.997 de principal (R\$9.788.778 em 31 de dezembro de 2023) descontado por R\$56.625 de juros a apropriar (R\$159.297 em 31 de dezembro de 2023). O resultado apurado nas negociações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.053.208 (R\$1.109.657 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido na rubrica "Receitas de operações de crédito" da demonstração do resultado.

b. Abertura de prazos das relações interfinanceiras

	31/12/2024			31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (Nota 20)	7.834.020	1.144.677	8.978.697	9.629.481
Valores a receber - Credenciadoras	4.308.908	1.456.412	5.765.320	8.203.956
Reservas compulsórias - Banco Central	23.143.260	-	23.143.260	16.237.099
Total	35.286.188	2.601.089	37.887.277	34.070.536

9. Operações de crédito adquiridas

	31/12/2024	31/12/2023
	Total	Total
Operações de crédito adquiridas - Partes relacionadas (Nota 20)	-	3.568.127
Total	-	3.568.127

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía saldo de operações de crédito adquiridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou aquisições, sem transferência de riscos e benefícios, de transações de pagamento, vincendas, presentes e futuras, negociadas com a sua controladora. As rendas das operações de crédito adquiridas, apresentadas na linha

do resultado de receita de operações de crédito, foram de R\$181.253 em 31 de dezembro de 2024 (R\$664.535 em 31 de dezembro de 2023).

10. Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024		31/12/2023	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Modalidades de crédito				
Empréstimos	39.113.296	(7.362.507)	19.373.113	(3.839.710)
Cartão de crédito	26.427.135	(9.789.720)	18.553.920	(6.184.516)
Empréstimo com partes relacionadas (Nota 20)	-	-	24.826	-
Total bruto das operações de crédito	65.540.431	(17.152.227)	37.951.859	(10.024.226)
 Desconto em operações de aquisição de ativos financeiro (i)	(13.917)	-	(14.319)	-
Hedge Portfólio (ii)	-	-	3.550	-
Total das operações de crédito	65.526.514	(17.152.227)	37.941.090	(10.024.226)
 Circulante	56.622.142	(15.920.858)	35.320.689	(9.488.856)
Não circulante	8.904.372	(1.231.369)	2.620.401	(535.370)

(i) Refere-se a diferença entre o valor contratual e o preço de aquisição de ativos financeiros, baixados integralmente pela instituição cedente, que é apropriado à rubrica "Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas" no resultado, conforme nota 11.f; em função do prazo remanescente da operação.

(ii) Referiam-se a contratos que são objeto de hedge contábil que foram descontinuados em fevereiro de 2024 - conforme nota 7.

A partir de maio de 2021, o Nu passou a oferecer o produto de cartão de crédito para pessoas jurídicas e a partir de setembro de 2023 empréstimos para pessoas jurídicas, predominantemente microempreendedores individuais. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos registrados como cartão de crédito e provisão para esta modalidade eram de R\$589.911 e R\$192.268 (R\$119.791 e R\$42.438 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, e para empréstimos de pessoa jurídica eram de R\$1.556.892 e R\$430.726 (R\$ 133.305 e R\$15.784 em 31 de dezembro de 2023).

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Curso Normal	50.441.982	28.651.844
Parcelas vencidas	1.130.487	906.051
Até 14 dias	1.130.487	906.051
Parcelas a vencer	49.311.495	27.745.793
Até 3 meses	24.802.442	16.104.777
3 a 6 meses	8.610.420	5.255.587
6 a 12 meses	7.544.069	4.027.895
Acima de 12 meses	8.354.564	2.357.534

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024	31/12/2023
Curso Anormal	15.098.449	9.300.015
Parcelas vencidas	11.116.237	7.023.379
Acima de 14 dias	11.116.237	7.023.379
Parcelas a vencer	3.982.212	2.276.636
Até 3 meses	1.755.262	1.016.632
3 a 6 meses	880.150	537.601
6 a 12 meses	796.992	459.536
Acima de 12 meses	549.808	262.867
Total	65.540.431	37.951.859

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco – Resolução nº 2.682/99 do CMN

A tabela abaixo apresenta o saldo total das operações de acordo com a classificação de risco atribuída para tal operação.

	31/12/2024			31/12/2023		
Nível	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
AA	-	-	-	24.826	-	24.826
A	43.785.783	-	43.785.783	25.132.365	-	25.132.365
B	1.790.057	851.268	2.641.325	1.126.578	580.573	1.707.151
C	1.746.911	1.489.432	3.236.343	1.020.799	1.111.105	2.131.904
D	1.050.766	1.503.456	2.554.222	550.234	1.105.336	1.655.570
E	418.580	1.478.335	1.896.915	201.389	923.464	1.124.853
F	235.820	1.260.297	1.496.117	107.333	848.673	956.006
G	201.299	1.340.756	1.542.055	82.682	752.426	835.108
H	1.212.766	7.174.905	8.387.671	405.638	3.978.438	4.384.076
Total	50.441.982	15.098.449	65.540.431	28.651.844	9.300.015	37.951.859

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

31/12/2024					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	5.046.673	634	5.047.307	(15.309)	0,3%
2	10.302.910	1.322	10.304.232	(132.259)	1,3%
3	19.454.626	23.972	19.478.598	(965.701)	5,0%
4	7.813.364	60.226	7.873.590	(862.513)	11,0%
5	7.824.409	15.012.295	22.836.704	(15.176.445)	66,5%
Total	50.441.982	15.098.449	65.540.431	(17.152.227)	26,17%

31/12/2023					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	3.376.969	7.465	3.384.434	(10.303)	0,3%
2	5.793.114	51.431	5.844.545	(78.057)	1,3%
3	11.451.293	126.838	11.578.131	(575.415)	5,0%
4	3.915.978	121.912	4.037.890	(491.018)	12,2%
5	4.114.490	8.992.369	13.106.859	(8.869.433)	67,7%
Total	28.651.844	9.300.015	37.951.859	(10.024.226)	26,4%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade destes no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

Durante o ciclo, as estimativas dos parâmetros usados dentro do modelo interno de provisão podem sofrer atualizações que incluem a calibragem dos parâmetros, refletindo as mudanças nas políticas de concessão da Companhia e estratégias de cobrança, bem como a inclusão de dados mais recentes de risco e recuperações.

A proporção de operações classificadas em curso anormal, bem como do índice de cobertura, são associados majoritariamente à expansão da carteira de crédito no período, tanto nas operações de cartão de crédito, quanto de empréstimo pessoal, que maturam para níveis de atraso maiores.

Os grupos de risco discriminados na tabela acima são classificados de acordo com a probabilidade de inadimplência atribuída às operações de crédito por modelo interno. Além da probabilidade de inadimplência, o nível de provisionamento leva em consideração o valor esperado da exposição no momento da inadimplência e o valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos mencionados:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(13.691.308)	(10.024.226)	(5.783.865)
(Constituição)/reversão de provisão	(8.532.551)	(15.886.117)	(9.670.576)
Provisão para perdas esperadas de crédito de carteira adquirida (i)	(45.874)	(172.218)	(64.387)
Créditos baixados para prejuízo	5.117.506	8.930.334	5.494.602
Saldo no final do semestre/exercício	(17.152.227)	(17.152.227)	(10.024.226)

(i) Refere-se à parcela de risco de crédito existente no valor justo da operação no momento da aquisição.

f. Despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.532.551)	(15.886.117)	(9.670.576)
Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas	1.057.245	1.900.500	993.859
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	630.155	1.051.504	884.323
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.845.151)	(12.934.113)	(7.792.394)

Em março de 2020, a Companhia passou a emitir operações com incidência de juros (Cédula de Crédito - CCB) referentes aos recebíveis das operações de cartão de crédito dos clientes da Nu Pagamentos, sua Controladora. O volume de emissões aumentou gradualmente e, a partir de outubro de 2020, todas as novas operações passaram a ser emitidas pela Companhia para aqueles clientes que não possuíam qualquer outra CCB de transações de cartão de crédito em aberto.

No caso de clientes que já possuem CCBs ativas, ou seja, que já se encontram com algum tipo de financiamento em aberto (rotativo, atraso de pagamento de fatura, acordos e etc.), a Nu Pagamentos passou a ceder os recebíveis para a Companhia, com transferência substancial dos riscos e benefícios, pelo seu valor justo, visto que esses clientes apresentam uma maior deterioração do risco de crédito.

A Companhia obtém o valor justo dos créditos através da subtração entre o valor bruto e o valor do desconto apurado para cada CCB. O valor bruto corresponde ao valor presente dos créditos, considerando os juros apropriados até a data-base da cessão, de acordo com o artigo 9º da Resolução 2.682 do CMN de 21 de dezembro de 1999. O valor do desconto equivale à somatória do montante total das perdas associadas ao risco de crédito na data da cessão e do valor de custo de capital da Nu Financeira.

As operações de cessão a valor justo, retratadas acima, estão apresentadas dentro da modalidade cartão de crédito. O valor do desconto é apresentado de forma segregada, onde a parcela que se refere à provisão calculada na data base da cessão integra o total de provisão para perdas associadas ao risco de crédito do produto cartão de crédito e suas respectivas movimentações (constituição/reversão), já a parcela relativa ao montante de custo de capital é apresentada em "Operações de crédito" e apropriada ao resultado de acordo com a fluência do prazo do contrato original e compõe a divulgação de transações com partes relacionadas (Nota 20).

g. Operações renegociadas

O saldo de operações de acordos e renegociações de saldos de empréstimos e cartão de crédito foi de R\$13.626.556 em 31 de dezembro de 2024 e R\$8.646.138 em 31 de dezembro de 2023.

11. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 20)	29.003	14.035.273
Despesas antecipadas	2.337	871
Diversos	847	2.669
Depósitos judiciais	1.552	168
Total	33.739	14.038.981
Circulante	32.187	14.038.813
Não circulante	1.552	168

(i) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua controladora, decorrentes de operações com os clientes do Grupo. Os valores são acumulados em finais de semana e feriados, ou seja, só são liquidados em dias úteis.

12. Investimentos em participações em controladas

31/12/2024										
	Participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido / Valor contábil do investimento	Resultado líquido do exercício/período	Resultado abrangente do exercício	Ágio	Total
Nu DTVM (i)	100%	-	-	-	-	-	(150.391)	-	-	-
Nu Investimentos (ii)	100%	4.479.554	506.444	455.489	4.787.000	4.530.514	20.888	1.688	37.847	4.568.361
Total geral		4.479.554	506.444	455.489	4.787.000	4.530.514	(129.503)	1.688	37.847	4.568.361

31/12/2023										
	Participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido / Valor contábil do investimento	Resultado líquido do exercício	Resultado abrangente do exercício	Ágio	Total
Nu DTVM (i)	100%	89.414	4.668.429	34.741	4.787.000	4.723.102	12.643	14.211	-	4.723.102
Total geral		89.414	4.668.429	34.741	4.787.000	4.723.102	12.643	14.211	-	4.723.102

(i) Em 15 de março de 2024, foi solicitado ao BACEN, o pedido de incorporação reversa da Nu DTVM pela sua controlada direta Nu Investimentos, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo e, trazer mais eficiência e sinergia às suas operações, otimizando a estrutura de custos de sociedades que desempenham atividades semelhantes e combinando os negócios da Nu DTVM com a Nu Investimentos. O pedido de incorporação foi aprovado pelo Bacen em 30 de setembro de 2024 e a incorporação ocorreu em 31 de outubro de 2024. O resultado de equivalência registrado para a Nu DTVM foi referente até a data de sua incorporação.

(ii) O resultado líquido da Nu Investimentos na nota explicativa são dos meses de novembro e dezembro, após a incorporação reversa.

Movimentação dos investimentos

	Nu DTVM	Nu Investimentos	Nu Investimentos - Ágio	Total
Saldo em 31/12/2023	4.723.102	-	-	4.723.102
Resultado de participações em controladas	(150.391)	20.888	-	(129.503)
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	-	-	(51.033)	(51.033)
Plano de ações	18.699	5.510	-	24.209
Outros resultados abrangentes	2.146	(560)	-	1.586
Incorporação Nu DTVM	(4.593.556)	4.504.676	88.880	-
Saldo em 31/12/2024	-	4.530.514	37.847	4.568.361

13. Depósitos

a. Composição dos depósitos

	31/12/2024	31/12/2023
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	132.738.230	102.176.675
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.373.219	1.205.005
Total	136.111.449	103.381.680
Circulante	134.917.496	102.464.993
Não circulante	1.193.953	916.687

b. Abertura por vencimento

	31/12/2024				31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recibo de Depósito Bancário (RDB) (i)	129.499.556	2.563.227	675.447	132.738.230	102.176.675
Certificado de Depósito Bancários (CDB)	1.092.820	1.761.893	518.506	3.373.219	1.205.005
Total	130.592.376	4.325.120	1.193.953	136.111.449	103.381.680

(i) Os depósitos são uma opção de investimento dentro da "Conta do Nubank" e podem ter liquidez diária ou vencimento futuro definido.

14. Obrigações por empréstimos

a. Composição de obrigações por empréstimos

	31/12/2024	31/12/2023
No exterior	1.243.941	-
No exterior - Partes relacionadas (Nota 20)	2.526.731	-
Total	3.770.672	-
Circulante	1.243.941	-
Não circulante	2.526.731	-

b. Abertura por vencimento

	31/12/2024			31/12/2023
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigação por empréstimos				
No exterior	1.243.941	-	1.243.941	-
No exterior - Partes relacionadas (Nota 20)	-	2.526.731	2.526.731	-
Total	1.243.941	2.526.731	3.770.672	-

c. Movimentações dos empréstimos

	31/12/2023				Pagamentos		31/12/2024
	Saldo inicial	Captação	Juros	Variação Cambial	Principal	Juros	Saldo final
Obrigação por empréstimos							
No exterior	-	1.157.700	9.249	76.992	-	-	1.243.941
No exterior - Partes relacionadas (Nota 20)	-	2.189.440	57.465	279.826	-	-	2.526.731
Total	-	3.347.140	66.714	356.818	-	-	3.770.672

As obrigações por empréstimos no exterior, foram realizadas em condições usuais de mercado, na moeda dólar. Ambos os empréstimos possuem atualização pela taxa Taxa SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*) + 3,90% ao ano e TERM SOFR de 3 meses + *Spread* 1.09%.

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de dívida emitidos		
Letras financeiras	7.276.221	1.049.484
Total	7.276.221	1.049.484
Circulante	1.181.683	-
Não circulante	6.094.538	1.049.484

b. Abertura por vencimento

	31/12/2024			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Instrumentos de dívida emitidos				
Letras financeiras	40.601	1.141.082	6.094.538	7.276.221

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu letras financeiras com vencimentos entre junho de 2025 e outubro de 2027, indexadas ao CDI com spread de 0,7% a.a. até 1,8% a.a.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2023	31/12/2024		
	Saldo inicial	Captação	Juros	Saldo final
Instrumentos de dívida emitidos				
Letras financeiras	1.049.484	5.701.338	525.399	7.276.221
Total	1.049.484	5.701.338	525.399	7.276.221

	31/12/2022	31/12/2023		
	Saldo inicial	Captação	Juros	Saldo final
Instrumentos de dívida emitidos				
Letras financeiras	-	992.486	56.998	1.049.484
Total	-	992.486	56.998	1.049.484

16. Dívidas subordinadas

a. Composição das dívidas subordinadas

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos		
Letras financeiras subordinadas (i)	-	20.525
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20) (ii)	4.252.349	2.079.059
Total	4.252.349	2.099.584
Circulante	-	-
Não circulante	4.252.349	2.099.584

(i) Instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia que possuíam opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,80% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência. A opção de 100% do saldo foi exercida no segundo semestre de 2024.

(ii) Instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia que possuem opção de recompra a partir de 2027, uma com juros fixos (12,80% a.a. a 17,32% a.a.) e outra com juros flutuantes + *spread* (100% DI +2,15% a.a. a 4,62% a.a.), todas contém cláusula de subordinação para compor o Nível I do Patrimônio de Referência.

b. Abertura por vencimento

	31/12/2024		31/12/2023
	Acima de 12 meses	Total	Total
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos			
Letras financeiras subordinadas	-	-	20.525
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	4.252.349	4.252.349	2.079.059
Total	4.252.349	4.252.349	2.099.584

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2023				31/12/2024
	Saldo inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Saldo final
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	2.099.584	1.671.816	482.054	(1.105)	4.252.349
Letras financeiras subordinadas (nota 23) (i)	20.525	(20.898)	1.482	(1.105)	4
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	2.079.059	1.692.714	480.572	-	4.252.345
Total	2.099.584	1.671.816	482.054	(1.105)	4.252.349

	31/12/2022				31/12/2023
	Saldo inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Saldo final
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	1.703.716	121.837	276.461	(2.430)	2.099.584
Letras financeiras subordinadas (nota 23) (i)	67.570	(47.797)	3.182	(2.430)	20.525
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	1.636.146	169.634	273.279	-	2.079.059
Total	1.703.716	121.837	276.461	(2.430)	2.099.584

(i) Em 2023 ocorreram recompras das Letras financeiras subordinadas efetuadas pelo seu controlador indireto, o Internet Fundo de Investimento Multiestratégia.

17. Obrigações por operações compromissadas

a. Composição das obrigações por operações compromissadas e abertura por vencimento

	31/12/2024		31/12/2023
	1 - 30 dias	Total	Total
Recompras a liquidar - Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.905.070	1.905.070	1.022.216
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	1.199.985	1.199.985	-
Total	3.105.055	3.105.055	1.022.216

b. Movimentação das obrigações por operações compromissadas

	31/12/2023			Pagamentos		31/12/2024
	Saldo inicial	Captação	Juros	Principal	Juros	Saldo final
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.022.216	980.308.430	399.650	(979.425.576)	(399.650)	1.905.070
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	-	306.098.421	126.287	(304.898.436)	(126.287)	1.199.985
Notas do Tesouro Nacional	-	88.190	40	(88.190)	(40)	-
Debêntures	-	1.196	1	(1.196)	(1)	-
Total	1.022.216	1.286.496.237	525.978	(1.284.413.398)	(525.978)	3.105.055

	31/12/2022			Pagamentos		31/12/2023
	Saldo inicial	Captação	Juros	Principal	Juros	Saldo final
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.041.518	345.621.968	165.339	(345.641.270)	(165.339)	1.022.216
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	3.222.997	256.295.415	159.894	(259.518.412)	(159.894)	-
Total	4.264.515	601.917.383	325.233	(605.159.682)	(325.233)	1.022.216

18. Outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 20)	476.849	15.354.209
Dividendos a pagar - Partes relacionadas (Nota 20)	-	500.000
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 20)	312.871	231.874
Valores a pagar - Fornecedores diversos	109.766	95.831
Diversos	67.297	88.017
Provisões com folha de pagamento	49.389	36.185
Fiscais e previdenciárias	85.167	18.312
Total	1.101.339	16.324.428
Circulante	1.101.339	16.324.428
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do Grupo.

19. Provisões legais e contingências passivas

	31/12/2024	31/12/2023
Cível	10.610	2.815
Trabalhista	14	14
Total	10.624	2.829

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

a. Provisão para obrigações legais

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, possui em 31 de dezembro de 2024 provisão no montante de R\$10.624 (R\$2.829 em 31 de dezembro de 2023), considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis em curso.

b. Movimentação das provisões

	31/12/2024			31/12/2023		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	2.815	14	2.829	235	-	235
Constituição	23.945	14	23.959	6.124	14	6.138
Atualização monetária	180	-	180	154	-	154
(Baixa/reversão)	(16.330)	(14)	(16.344)	(3.698)	-	(3.698)
Saldo final	10.610	14	10.624	2.815	14	2.829

c. Contingências possíveis

Existem processos trabalhistas classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$78 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.268 trabalhistas e R\$3.224 cíveis em 31 de dezembro de 2023).

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$1.552 em 31 de dezembro de 2024 e R\$168 em 31 de dezembro de 2023.

20. Partes relacionadas

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo ao qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações mais relevantes da Companhia com partes relacionadas resumem-se em operação de aquisição de recebíveis de transações de pagamento; emissão de letras financeiras; empréstimos; operações compromissadas; compartilhamento de despesas e prestação de serviços e outros valores pendentes de liquidação entre a Companhia e sua Controladora Nu Pagamentos e outras empresas do Grupo. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em função do crescimento das atividades da Companhia e alocação de recursos no Grupo, a Companhia absorveu um volume maior de despesas operacionais.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite empréstimos e recebe depósitos de administradores, diretores e acionistas do Nu. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	28.437	27.191
Disponibilidades - Nu Pagamentos - Controladora	28.437	27.191
Relações interfinanceiras	9.109.997	9.788.778
Valores a receber - Credenciadora - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	9.109.997	9.788.778
Operações de crédito adquiridas	-	3.568.127
Operação de crédito adquiridas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	3.568.127
Operações de crédito	(13.917)	10.507
Empréstimo - NuCommerce Ltda. - Outras partes relacionadas	-	24.826
Desconto em operações de venda ou transferência de ativos financeiros - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(13.917)	(14.319)
Outros créditos	29.003	14.035.273
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	29.003	14.035.273

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

Passivo

Obrigações por empréstimos	2.526.731	-
Empréstimo no exterior - Nu Fin Uruguay	2.526.731	-
Dívidas subordinadas	4.252.349	2.079.059
Letras financeiras subordinadas - FIP Internet - Controladora indireta	4.252.349	2.079.059
Obrigações por operações compromissadas	1.199.985	-
Recompras a liquidar - Nu Investimentos S.A. - Controlada indireta	1.199.985	-
Outras obrigações	789.720	16.086.083
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	476.849	15.354.209
Dividendos a pagar - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	500.000
Despesas compartilhadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	206.323	143.194
Despesas compartilhadas - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	24.601	13.058
Serviços contratados - Nu Holdings S.A. - Controladora indireta	-	3.001
Serviços contratados - Nu Brasil Tecnologia Ltda. - Outras partes relacionadas	24.255	11.401
Serviços contratados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	23.232	26.537
Serviços contratados - Nu Tecnología S.A. - Outras partes relacionadas	665	648
Serviços contratados - Olivia AI do Brasil Participações Ltda - Outras partes relacionadas	12.445	8.693
Serviços contratados - Olivia AI, Inc. - Outras partes relacionadas	187	861
Serviços contratados - Nu North America - Outras partes relacionadas	19.065	22.788
Serviços contratados - Nu Finanz - Outras partes relacionadas	1.753	1.015
Serviços contratados - Nu Plat - Outras partes relacionadas	345	678

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Receita de operações de crédito	18.698	186.375	760.158
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Credenciadoras - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	16.393	181.253	88.273
Juros de empréstimo - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	-	127
Juros de empréstimo - Nu Investimentos S.A. - Controlada	-	-	6.118
Juros de empréstimo - Nu Commerce Ltda. - Outras partes relacionadas	2.305	5.122	825
Juros de empréstimo - Nu Canais Ltda. - Outras partes relacionadas	-	-	280
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	-	664.535
Despesa de juros e similares	(354.697)	(606.859)	(432.930)
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada - FIP Internet - Controladora indireta	(292.126)	(480.572)	(273.279)
Resultado com operações compromissadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	-	(84.913)
Resultado com operações compromissadas - Nu DTVM Ltda. - Controlada	-	-	(26)
Resultado com operações compromissadas - Nu Investimentos S.A. - Controlada	(62.571)	(126.287)	(74.663)
Resultado com certificado de depósito bancário - Nu Investimentos S.A. - Controlada	-	-	(49)
Despesa de tarifas e similares - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(358)	(574)	(85)
Despesa de pessoal	(556.915)	(812.262)	(502.427)
Despesas compartilhadas salários e ordenados - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(304.559)	(545.770)	(291.705)
Despesas compartilhadas salários e ordenados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	(251.792)	(263.427)	(210.722)
Honorários da administração	(564)	(3.065)	-
Outras despesas administrativas	(1.407.804)	(2.471.567)	(1.600.379)
Serviços especializados/despesas compartilhadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(793.639)	(1.406.192)	(960.316)
Serviços especializados - Nu Brasil Tecnologia Ltda. - Outras partes	(200.392)	(373.795)	(293.034)

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
relacionadas			
Serviços especializados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	(170.998)	(285.754)	(249.394)
Serviços especializados - Nu North America - Outras partes relacionadas	(204.779)	(344.431)	(49.747)
Serviços contratados - Nu Tecnología S.A. - Outras partes relacionadas	(16.382)	(28.842)	(10.063)
Serviços contratados - Olivia AI, Inc - Outras partes relacionadas	(7.314)	(9.828)	(37.825)
Serviços contratados - Nu Berlin - Outras partes relacionadas	(14.300)	(22.725)	-

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$5.303.748 (R\$5.303.748 em 31 de dezembro de 2023), e está representado por 5.146.488.052 (5.146.488.052 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária o aumento de capital social com base no valor de lucro líquido remanescente de 2022, no montante de R\$1.295.343, com a emissão de 980.577.925 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovado em 29 de junho de 2023 pelo BACEN.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um plano de compensações baseado em Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total da reserva de capital era de R\$145.179 e R\$92.565 em 31 de dezembro de 2023.

c. Reserva de lucro

Ao fim de cada exercício social o estatuto social da Companhia, com base no artigo 193 da Lei 6404/76, determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$456.416 a título de reserva legal, apresentando o saldo final de R\$704.552, adicionalmente, a Companhia destinou para Reserva de Lucro o lucro líquido acumulado do exercício, após constituição de reserva legal e deliberação de dividendos o montante de R\$4.376.267. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva de lucros da Companhia totaliza R\$7.119.548 (R\$4.214.577 em 31 de dezembro de 2023).

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado, podendo considerar juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto no estatuto social. No exercício de 2024 foram deliberados dividendos à sua controladora Nu Pagamentos S.A. no montante total de R\$6.583.086 bilhões (R\$500.000 milhões em 31 de dezembro de 2023).

e. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário, de ajustes de ativos e passivos reconhecidos no patrimônio líquido por meio da demonstração de outros resultados abrangentes.

Esses valores permanecerão nesta rubrica até que sejam reconhecidos na demonstração de resultado nos períodos em que os itens objeto de hedge a afetarem.

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo de títulos disponíveis para venda, líquido de impostos	16.146	36.481
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos - reflexo de controlada	1.598	12
Saldo total	17.744	36.493

f. Plano de ações

Os empregados da Companhia participam do plano de ações do Grupo que são emitidas pela sua controladora indireta Nu Holdings Ltd. Os incentivos do Grupo aos empregados incluem prêmios liquidados em ações, oferecendo a eles a oportunidade de comprar ações ordinárias através do exercício de opções (Plano de Opção de Ações - "SOPs"), opção existente até ano de 2020 - uma vez exercíveis, as opções poderão ser exercidas até 10 anos após a data de outorga. Desde 2020 os incentivos aos empregados passaram a ser unicamente concedidos através do recebimento de ações ordinárias (Unidades Restritas de Ações - "RSUs") após passagem do período de aquisição do direito (vesting).

O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação aos planos de ações concedidos é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período em que os funcionários prestam serviços e de acordo com as condições de aquisição do direito. O incentivo de RSU foi implementado em 2020 e é o principal incentivo desde então.

RSUs são emitidos como parte do processo de retenção de talentos e como um bônus de assinatura. Ao longo do tempo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data de outorga.

O custo total das concessões é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera adquirir e seus valores justos na data da concessão. O número de SOPs e RSUs esperados considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no confisco histórico. O não cumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como caducidade, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

Os termos e condições dos planos RSUs exigem que o Grupo retenha ações da liquidação para seus funcionários com o fim de liquidar a obrigação fiscal do funcionário. Dessa forma, o Grupo liquida a transação pelo valor líquido, restando o número de ações com valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data de aquisição. A obrigação fiscal do funcionário associada às RSUs é calculada substancialmente com base na taxa de imposto pessoal esperada de cada funcionário e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as rubricas "Outras receitas e despesas operacionais" nas demonstrações do resultado.

Após a data do IPO, o valor justo das RSUs concedidas é determinado com base no preço negociado publicamente.

Os valores relativos aos planos de ações são estabelecidos substancialmente em dólares americanos, a moeda funcional da Nu Holdings, e foram convertidas para reais nas tabelas a seguir utilizando a taxa de conversão das respectivas datas para fins de apresentação.

As alterações no número de SOPs e RSUs são demonstradas a seguir. PMPEO é o preço de exercício médio ponderado e VJMPDO é o valor justo médio ponderado na data de outorga.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	PMPEO	Quantidade	PMPEO
SOPs				
Remanescentes no início do período	464.640	2,6	987.806	1,4
Transferidos de/para outras entidades durante o período	(57.712)	2,7	660.301	-
Exercidos durante o período	(113.521)	3,3	(1.178.686)	1,2
Desistências e cancelamentos durante o período	-	-	(4.781)	-
Remanescentes ao fim do período	293.407	3,5	464.640	2,6
Remanescentes ao fim do período	293.407	3,5	464.640	2,6
Exercíveis ao fim do período	292.689	3,4	395.001	2,4
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	VJMPDO	Quantidade	VJMPDO
RSUs				
Remanescentes no início do período	2.029.166	27,0	692.827	36,1
Transferidos de/para outras entidades durante o período	-	-	970.866	-
Outorgados durante o período	971.210	69,4	1.442.565	22,5

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	PMPEO	Quantidade	PMPEO
Direitos adquiridos durante o período	(1.098.108)	39,7	(924.663)	23,4
Desistências e cancelamentos durante o período	(174.311)	43,2	(152.429)	-
Remanescentes no fim do período	1.727.957	50,0	2.029.166	27,0

Os efeitos nas demonstrações contábeis de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Efeito líquido no resultado (Nota 24)	(181.705)	(327.730)	(147.092)
Efeito líquido nas reservas de capital - próprios	11.052	28.405	24.435
Efeito líquido nas reservas de capital - reflexo de controlada	9.024	24.209	1.790
Efeito líquido nas reservas de capital - Total	20.076	52.614	26.225

22. Receitas de intermediação financeira

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de operações de crédito	20.297.052	38.093.826	22.976.290
Receita de juros de cartão de crédito	10.345.434	20.340.580	13.435.908
Receita de juros de empréstimo pessoal	9.396.242	16.517.213	8.316.309
Receita de juros de empréstimo com partes relacionadas (Nota 20)	2.305	5.122	7.350
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Credenciadoras	536.678	1.053.208	1.109.657
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Partes relacionadas (Nota 20)	16.393	181.253	88.273
Ajuste a valor de mercado de Hedge de Portfólio	-	(3.550)	18.793
Resultado de títulos e valores mobiliários	2.600.373	4.437.525	3.443.201
Receitas de juros e ajustes ao valor de mercado	2.551.735	4.361.377	3.253.194
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.248	12.594	71.075
Resultado de cotas de fundos de investimento	44.390	63.554	118.932
Receita de tarifas e similares	-	-	4.033
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	302.231	267.464	(6.579)
Resultado com swaps	(7.498)	(13.594)	7.222
Resultado com futuro DI	6.955	13.949	(9.320)
Resultado com futuro dólar	297.930	298.906	4.037
Resultado com futuro DAP	407	391	(8.518)
Resultado com NDF	4.437	(32.188)	-
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos com o Banco Central	2.151.042	3.829.882	2.704.612
Total	25.350.698	46.628.697	29.121.557

23. Despesas de intermediação financeira

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesa de juros e similares	(6.811.145)	(12.146.369)	(9.645.472)
Despesa de juros com depósitos remunerados	(5.452.130)	(9.971.624)	(8.288.010)
Despesa com títulos emitidos	(373.733)	(525.399)	(56.998)
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada	(258)	(1.482)	(3.182)
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada - Parte relacionada (Nota 20)	(292.126)	(480.572)	(273.279)

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Ajustes ao valor de mercado - Letra financeira subordinada	(106)	1.105	2.430
Despesa com operações compromissadas	(198.231)	(399.691)	(165.339)
Despesa com operações compromissadas - Parte Relacionada (Nota 20)	(62.571)	(126.287)	(159.602)
Despesa com descontos concedidos (i)	(365.276)	(575.705)	(701.492)
Despesa com empréstimos tomados	(66.714)	(66.714)	-
Variação cambial	(365.845)	(339.399)	(339)
Despesa com tarifas e similares	(91.831)	(170.380)	(108.845)
Despesa com tarifas e similares - Partes Relacionada (Nota 20)	(574)	(574)	(85)
Total	(7.269.395)	(12.656.722)	(9.754.741)

(i) Refere-se, majoritariamente, a descontos concedidos em renegociações de operações de cartão de crédito.

24. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(301.541)	(537.852)	(409.724)
Despesa com análise de crédito e cobrança	(299.066)	(539.416)	(402.545)
Provisões relacionadas a valores a receber - credenciadoras	(2.475)	1.564	(7.179)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(296.239)	(501.464)	(239.806)
Despesas de pessoal	(582.588)	(1.040.056)	(612.471)
Proventos	(249.775)	(438.599)	(290.849)
Encargos sociais	(97.367)	(168.808)	(120.097)
Plano de ações	(181.705)	(327.730)	(147.092)
Outras despesas de pessoal	(51.369)	(85.663)	(51.133)
Participações dos empregados no lucro	(2.372)	(19.256)	(3.300)
Despesas tributárias	(937.424)	(1.726.294)	(984.492)
PIS e COFINS	(921.384)	(1.706.477)	(976.223)
Outras despesas tributárias	(16.040)	(19.817)	(8.269)
Despesas de provisões legais	(3.709)	(7.795)	(2.594)
Outras despesas administrativas	(1.267.187)	(2.085.367)	(1.202.235)
Despesa de marketing	(226.080)	(379.397)	(323.042)
Despesa de tecnologia	(80.431)	(132.897)	(71.107)
Despesa de escritório	(24.232)	(42.187)	(48.608)
Despesa de serviços especializados	(663.705)	(1.193.950)	(565.947)
Despesa de viagem	(1.886)	(3.075)	(932)
Depreciação e amortização	(13.974)	(26.663)	(15.392)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.649)	(1.649)	(15.352)
Outras despesas administrativas	(255.230)	(305.549)	(161.855)
Resultado de participações em controladas	(43.399)	(129.503)	12.643
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(51.033)	(51.033)	-
Outras receitas operacionais	2.677	3.389	6.900
Outras despesas operacionais	(54.838)	(107.968)	(56.887)
Perdas com riscos operacionais	(33.377)	(67.537)	(51.791)
Outras despesas operacionais	(21.461)	(40.431)	(5.096)
Total	(3.535.281)	(6.183.943)	(3.488.666)

25. Tributos

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.700.871	14.853.919	8.085.756
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(3.080.349)	(5.941.568)	(3.234.302)
Adições/exclusões permanentes	41.375	52.758	101.808
Doações	151.254	177.899	-
Efeito de participação em controladas	(17.359)	(51.801)	5.057
Outros	36.886	37.103	4.394
Imposto de renda e contribuição social	(2.868.193)	(5.725.609)	(3.123.043)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.115.514)	(8.312.581)	(5.589.713)
Tributos diferidos	1.247.321	2.586.972	2.466.670
Imposto de renda e contribuição social	(2.868.193)	(5.725.609)	(3.123.043)
Tributos diferidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes	13.562	13.788	(8.891)

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Movimentação		
	Saldo em 31/12/2023	Resultado abrangente	Resultado
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.428.973	-	2.558.232
Outras provisões passivas	58.166	-	5.570
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	17.722	-	362.878
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	1.358	-	(1.092)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.506.219	-	2.925.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	4.506.219	-	2.925.588
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	(18.296)	-	(338.616)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(24.321)	13.788	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(42.617)	13.788	(338.616)
Divulgação dos impostos diferidos	4.463.602	13.788	2.586.972
Total de movimentação		13.788	2.586.972

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação		Saldo em 31/12/2023
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.993.477	-	2.435.496	4.428.973
Outras provisões passivas	30.612	-	27.554	58.166
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	8.383	-	9.339	17.722
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	2.061	-	(703)	1.358
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.034.533	-	2.471.686	4.506.219
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	2.034.533	-	2.471.686	4.506.219
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	(13.280)	-	(5.016)	(18.296)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(15.430)	(8.891)	-	(24.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(28.710)	(8.891)	(5.016)	(42.617)
Total de movimentação		(8.891)	2.466.670	

O ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$7.064.362 (R\$4.506.209 em 31 de dezembro de 2023), foi constituído sobre diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2024 é de R\$5.761.400 (R\$4.128.012 em 31 de dezembro de 2023).

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025	3.348.816	2.009.290	5.358.106
2026	441.364	264.819	706.183
2027	101.188	60.713	161.901
2028	103.621	62.173	165.794
2029	106.017	63.610	169.627
Acima de 2029	314.219	188.532	502.751
Total	4.415.225	2.649.137	7.064.362

26. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

	31/12/2024			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.584	-	-	1.584
Investimentos de curto prazo	1.584	-	-	1.584
Cotas de fundos de investimento	1.584	-	-	1.584

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

31/12/2024				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	48.388.563	475.748	648.587	49.512.898
Para negociação	2.948.120	159.895	-	3.108.015
Títulos públicos - Brasil	2.948.120	-	-	2.948.120
Letras Financeiras do Tesouro	868.134	-	-	868.134
Letras do Tesouro Nacional	890.410	-	-	890.410
Notas do Tesouro Nacional	1.189.576	-	-	1.189.576
Títulos privados	-	159.895	-	159.895
Cotas de fundos de investimento	-	159.895	-	159.895
Disponível para venda	45.440.443	315.853	648.587	46.404.883
Títulos públicos - Brasil	43.631.699	-	-	43.631.699
Letras Financeiras do Tesouro	43.631.699	-	-	43.631.699
Cotas de fundos de investimento	-	-	648.587	648.587
Cotas de fundos de investimento	-	-	648.587	648.587
Títulos privados	1.808.744	315.853	-	2.124.597
Debêntures	1.808.744	50.336	-	1.859.080
Certificado de recebíveis imobiliários	-	58.216	-	58.216
Notas comerciais	-	153.107	-	153.107
Depósito	-	54.194	-	54.194
Instrumentos financeiros derivativos	979	24.440	-	25.419
Contratos de futuros	979	-	-	979
Contratos de NDF	-	24.440	-	24.440
Total ativo	48.391.126	500.188	648.587	49.539.901
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	11.185	83.762	-	94.947
Contratos de futuros	11.185	-	-	11.185
Contratos de NDF	-	83.762	-	83.762
Total passivo	11.185	83.762	-	94.947

31/12/2023				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	33.171.934	694.080	-	33.866.014
Para negociação	1.548.401	19.390	-	1.567.791
Títulos públicos - Brasil	1.501.629	-	-	1.501.629
Letras Financeiras do Tesouro	1.501.629	-	-	1.501.629
Títulos privados	46.772	19.390	-	66.162
Debêntures	46.772	-	-	46.772
Notas promissórias	-	19.390	-	19.390
Disponível para venda	31.623.533	674.690	-	32.298.223
Títulos públicos - Brasil	29.800.656	-	-	29.800.656
Letras Financeiras do Tesouro	29.800.656	-	-	29.800.656
Cotas de fundos de investimento	-	239.868	-	239.868
Cotas de fundos de investimento	-	239.868	-	239.868
Títulos privados	1.822.877	434.822	-	2.257.699

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Debêntures	1.822.877	194.928	-	2.017.805
Certificado de recebíveis imobiliários	-	86.649	-	86.649
Notas comerciais	-	153.245	-	153.245
Instrumentos financeiros derivativos	402	-	-	402
Contratos de futuros	402	-	-	402
Operações de Crédito	-	-	3.550	3.550
Ajuste a valor justo - Hedge de Portfólio	-	-	3.550	3.550
Total ativo	33.172.336	694.080	3.550	33.869.966
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	242	-	-	242
Contratos de futuros	242	-	-	242
Instrumentos de dívida emitidos	-	1.049.484	-	1.049.484
Letras financeiras	-	1.049.484	-	1.049.484
Dívidas subordinadas	-	130.248	-	130.248
Letras financeiras subordinadas	-	130.248	-	130.248
Total passivo	242	1.179.732	-	1.179.974

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"). As cotas de fundos de investimento, cuja avaliação é baseada em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de rendimento, corroborados pelo mercado, são classificados como Nível 2. Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) compostos por recebíveis pré-fixados de clientes de varejo são classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e têm seu valor justo calculado descontando os fluxos de caixa futuros pela curva livre de risco e um spread de crédito.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira ("B3") são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros baseadas em taxas de juros futuras e são classificados como Nível 2.

Dívidas subordinadas: Caso o instrumento tenha um mercado ativo, os preços cotados nesse mercado são utilizados. Caso contrário, técnicas de avaliação são utilizadas, como fluxos de caixa descontados, em que os fluxos de caixa são descontados por uma taxa livre de risco e um spread de crédito.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2024 houve reavaliação na metodologia de classificação das cotas de fundos de investimentos do Nível 2 para o Nível 1, quando as cotas são de fundos abertos, sem restrições de liquidez, com resgate diário e cujos preços são divulgados diariamente pelo administrador fiduciário e usados para contabilização. Adicionalmente, foram considerados como Nível 1 apenas os fundos que, por força do regulamento, aplicam em instrumentos de caixa e títulos públicos federais. Em 2023, não houve reclassificação de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

27. Gerenciamento de riscos

a) Visão geral

O Grupo prioriza os riscos que podem ter um impacto relevante nos seus objetivos estratégicos, incluindo aqueles que devem ser aderentes aos requerimentos regulatórios aplicáveis. Para gerenciá-los e mitigá-los de forma eficiente, a estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação para priorizar os riscos que são fundamentais para a busca de potenciais oportunidades e/ou que podem impedir a criação de valor ou que podem comprometer o valor existente, com a possibilidade de ter impactos em resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que estão ativamente monitorados incluem:

1. Risco de Crédito;
2. Risco de Liquidez;
3. Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB);
4. Risco Operacional / Riscos de Tecnologia da Informação (TI);
5. Risco Regulatório
6. Risco de Conformidade (Compliance); e
7. Risco Reputacional.

b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Grupo considera a Gestão de Riscos um importante pilar da gestão estratégica da organização. A estrutura de gerenciamento de riscos permeia de forma ampla toda a Instituição, permitindo que os riscos sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, visando suportar o desenvolvimento de suas atividades. A Gestão de Riscos está relacionada aos princípios, cultura, estruturas e processos para aprimorar o processo decisório e o alcance dos objetivos estratégicos. É um processo contínuo e em desenvolvimento que percorre toda a estratégia do Nu e sua implementação, para apoiar a Administração a

minimizar suas perdas, bem como maximizar seus lucros e proteger os valores da companhia.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nu considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Grupo considera que uma declaração de apetite a riscos (“RAS”) é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital. O Nu definiu uma RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses, foram implementadas declarações qualitativas e métricas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, medidas de risco, liquidez e outras relevantes, conforme apropriado.

O Grupo opera no modelo de três linhas, o qual auxilia a identificar estruturas e processos que melhor suportam a realização dos objetivos e facilitam a ter uma estrutura robusta de governança e gestão de risco.

- **Primeira Linha:** funções/ áreas de negócio e de suporte ou atividades que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua gestão de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. A primeira linha deve dispor dos meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos.
- **Segunda Linha:** constituída pelas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Zela pelo controle efetivo dos riscos e assegura que eles sejam geridos de acordo com o nível de apetite definido. Responsável pela proposição de políticas de gestão de riscos, desenvolvimento de modelos e metodologias de riscos e supervisão da primeira linha.
- **Terceira Linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de verificar a sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nu é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança foram projetados e implementados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Organização.

Órgãos de governança relacionados ao gerenciamento de riscos:

O Grupo estabeleceu uma estrutura de governança com base nos requisitos regulamentares relevantes e composta pelos seguintes elementos:

- **Comitê de Riscos:** tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos.
- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos nos resultados da Organização, no ambiente macroeconômico e nas informações de risco, no mercado de crédito e nos concorrentes.
- **Comitê de Auditoria:** suas principais atribuições são avaliar o desempenho e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da auditoria independente, bem como dos respectivos relatórios relacionados aos sistemas de controle interno, para seguir as recomendações feitas pelos auditores internos e independentes à Administração, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações contábeis.
- **Fóruns técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos listados a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: contabilidade e impostos, risco operacional e controles internos, gerenciamento de ativos e passivos ("ALM") / capital, riscos de tecnologia da informação ("TI"), proteção de dados, Compliance, prevenção à fraudes, combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("AML/FT"), revisão de produtos, provisões de crédito, relacionamento com clientes e testes de estresse.

c) Riscos monitorados ativamente

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado e IRRBB (risco de taxa de juros na carteira bancária), liquidez, operacional, tecnologia da informação, regulatório, conformidade, reputacional e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado de acordo com o modelo de três linhas, considerando políticas e procedimentos em vigor, bem como os limites estabelecidos na RAS.

Cada um dos riscos descritos a seguir possui metodologias, sistemas e processos próprios para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Nos caso dos riscos financeiros, como risco de crédito, de liquidez, IRRBB e de mercado, a mensuração é realizada com base em modelos quantitativos e, em determinados casos, cenários prospectivos em relação às principais variáveis envolvidas, respeitando-se os requisitos regulatórios aplicáveis e as melhores práticas de mercado. Riscos não financeiros, como risco operacional e riscos tecnológicos, são mensurados mediante critérios de impacto (risco inerente), considerando potenciais perdas financeiras, danos à reputação, percepção dos

clientes e obrigações legais / regulatórias, assim como são avaliados em relação à efetividade da respectiva estrutura de controles internos.

Com base nos resultados das atividades de mensuração e avaliação dos riscos, é verificada a aderência da exposição residual em relação ao apetite a riscos do Nu. Ações necessárias para mitigação dos riscos são apresentadas e discutidas na estrutura de governança de Fóruns Técnicos e no Comitê de Riscos, os quais também são os órgãos responsáveis pela aprovação e acompanhamento da implementação de planos de ação.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos decorrentes de mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que a carteira de crédito seja resiliente a crises econômicas.

O gerenciamento de risco de crédito é realizado pelo squad de Risco de Crédito com papel centralizado e independente das unidades de negócio, sendo responsável por:

- Estabelecer governança, políticas e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos de crédito em conformidade com os níveis fixados na RAS;
- Monitorar e notificar diretoria sobre os níveis de risco (conformidade com apetite) do portfólio de crédito, incluindo recomendações de aprimoramento, quando aplicáveis;
- Identificação e avaliação dos riscos inerentes e respectivos mitigadores no lançamento de novos produtos e mudanças significativas em processos existentes;
- Estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação;

- **Risco de Liquidez**

Risco de Liquidez é definido como:

- Possibilidade de não sermos capazes de honrar eficientemente nossas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar nossas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

- A possibilidade de não conseguirmos negociar a preço de mercado uma posição, devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez utiliza os dados de fluxos de caixa futuros, aplicando sobre estes fluxos de caixa um cenário de estresse severo, de forma a garantir que o volume de ativos líquidos de alta qualidade que possuímos é suficiente para garantir nossa resiliência mesmo em situações bastante adversas. Os indicadores de liquidez são monitorados diariamente.

Possuímos um Plano de Contingência de Liquidez para as entidades no Brasil que descreve as possíveis ações a serem tomadas para recomposição da liquidez no caso de deterioração dos indicadores.

- **Risco de Mercado e Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos por nós, incluindo o risco da variação das taxas de juros, dos preços de ações, variação cambial e preço de commodities. O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no nosso capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitorização, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada em métricas que são reportadas ao Fórum Técnico ALM e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a usar instrumentos financeiros, conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção de risco de mercado e exposições ao IRRBB.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada nas seguintes métricas:

- Sensibilidade da Taxa de Juros (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a aumento de um ponto-base nas taxas de juros (anualizadas) observadas no mercado;
- Value at Risk (VaR): perda máxima do valor de mercado para um período de detenção com um nível de confiança; e
- Exposições cambiais: considerando todas as posições financeiras que trazem

O BACEN exige uma avaliação da suficiência de capital para o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base nas métricas Delta EVE e Delta NII. O Grupo

calcula essas métricas no Brasil de acordo com o padrão regulatório para gerenciamento dessa exigência de capital. Delta EVE é a variação do valor econômico do capital do Grupo nos cenários prescritos pelo BACEN. Delta NII é a variação do resultado de intermediação financeira do Grupo nos mesmos cenários padrão prescritos.

A tabela abaixo apresenta o VaR, calculado com um nível de confiança de 99% e um período de detenção de 10 dias, por uma abordagem de simulação histórica, com janela de 5 anos. O VaR para o Brasil é calculado apenas para a Carteira Trading, de acordo com a forma como as carteiras são administradas.

	31/12/2024	31/12/2023
VaR	1.321	1.206
Total	1.321	1.206

A análise a seguir é a sensibilidade da Companhia da marcação a valor justo de mercado a um aumento de 1 ponto base ("bp") (DV01) nas taxas de juros do mercado brasileiro, assumindo uma mudança paralela e uma posição financeira constante:

Curva	Curva livre de riscos brasileira		Cupom IPCA		Curva livre de riscos mexicana	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
DV01						
Nu Financeira (i)	(1.042)	(177)	(18)	(25)	(3)	-
Total	(1.042)	(177)	(18)	(25)	(3)	-

(i) Inclui a Nu Financeira e suas subsidiárias Nu DTVM e Nu Investimentos.

● **Risco Cambial**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma das entidades do Grupo possuía instrumentos financeiros significativos em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais.

A moeda funcional das empresas sediadas no Brasil é o real. O Grupo tem custos operacionais em reais, dólares americanos e em euros. Determinados custos em dólares americanos e euros, ou empréstimos entre empresas em dólares americanos, são protegidos com contratos futuros, negociados na bolsa B3, com base nas projeções então existentes desses custos, ou quando há uma nova exposição. As transações de hedge são desfeitas à medida que os custos e empréstimos são pagos, e calibradas quando nossas projeções internas de custos mudam. Como resultado, as demonstrações contábeis têm pequenas exposições às taxas de câmbio após a entrada em vigor das transações de hedge.

● **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste contexto, também deve ser

considerado o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

A estrutura de controle e gerenciamento do risco operacional e controles internos é independente das unidades de negócios e suporte, sendo responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia de controles internos, cobrindo riscos como interrupção de sistemas e serviços e fraude externa. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios e de suporte (primeira linha), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados no Fórum Técnico de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco de Tecnologia da Informação ("TI")**

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes / problemas, impacto sobre níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de identidade e acesso (acesso não autorizado a informações confidenciais), gerenciamento de dados (ausência de conformidade com as leis de privacidade de dados ou falhas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nu opera em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de Tecnologia da Informação, incluindo o risco cibernético, é uma área prioritária para a Organização e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

A área de Riscos de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição ao risco de ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e segurança cibernética, considerando também que as pessoas são um componente essencial de

nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no Fórum Técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco Regulatório**

Em um ambiente complexo e altamente regulamentado, iniciativas legislativas e regulatórias podem resultar em mudanças significativas na estrutura regulatória do Nu e, conseqüentemente, em suas atividades de negócios.

Para lidar com esses riscos, o Nu possui equipes dedicadas a monitorar essas mudanças e engajar-se para explicar seus possíveis impactos à empresa e ao setor financeiro em geral.

Iniciativas legislativas e regulatórias que possam apresentar impacto relevante para a empresa são levadas ao conhecimento do Comitê de Riscos e da equipe de gestão, permitindo que a empresa, quando necessário, ajuste sua estratégia e decida o melhor curso de ação para lidar com tais mudanças.

- **Risco de Conformidade (Compliance)**

Como o Nu opera em um ambiente altamente regulamentado, um robusto programa de Compliance foi estabelecido dentro da segunda linha. A equipe de Compliance possui recursos dedicados ao Programa de Ética, Compliance Regulatório e também ao Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

O Programa de Ética estabelece padrões mínimos de conduta para a organização, incluindo Código de Conduta, Políticas de Compliance, Treinamento e campanha de conscientização, além de canal independente de denúncias. Alguns exemplos incluem os riscos de "*AB&C - Anti-Bribery and Corruption*", conflitos de interesse, partes relacionadas, informações privilegiadas, bem como quaisquer violações do nosso Código de Conduta.

A equipe de Compliance Regulatório está focada em supervisionar a adesão regulatória da organização. As principais atividades envolvem o acompanhamento regulatório e o gerenciamento da aderência regulatória, avaliação de novos produtos e funcionalidades, assessoria, testes de compliance e centralização do relacionamento com reguladores com relação às solicitações de informações e supervisões. Por não estar em conformidade com as leis e regulamentos, a empresa pode estar exposta a sanções, perda de licenças, bem como potenciais implicações criminais na gestão.

O Programa de PLD/CFT do Nu possui escopo global e sua diretrizes para prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é a base para o planejamento estratégico da área. O risco de PLD/CFT considera a empresa estar exposta a sanções por não implementar controles para evitar práticas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

O Programa é estruturado em três níveis - estratégico, tático, operacional e é composto por 7 pilares (nível estratégico): Avaliação de Riscos; Políticas e Procedimentos; Comunicação e Treinamento; Conheça Seu Cliente (KYC); Due Diligence (KYE, KYS, KYP e KYB); MSAC - Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação (SAR); e Programa de Avaliação de Efetividade.

- **Risco Reputacional**

O Nu entende que a materialização de outros riscos podem impactar negativamente a sua reputação, uma vez que estão intrinsecamente ligados. Eventos indesejáveis em diferentes dimensões de risco, como continuidade de negócios, segurança cibernética, ética e integridade, menções negativas em mídias sociais, entre outros, podem trazer danos à reputação do Nu.

Portanto, o Grupo possui equipes e processos dedicados à supervisão da comunicação externa e à gestão de crises, que são elementos-chave para identificar e mitigar eventos de reputação, bem como para obter uma visão de longo prazo para melhor prevenir ou responder a eventos futuros.

Testes de Estresse

O programa de testes de estresse considera choques nos principais produtos do Nu, tais como cartões de crédito, empréstimos pessoais e instrumentos de captação, além dos seus respectivos subprodutos. São considerados cenários em que o estresse é aplicado isoladamente, em diferentes níveis de intensidade e probabilidade, e também cenários em que ações gerenciais são consideradas para aumentar a resiliência da empresa e preservar seus indicadores de capital e liquidez.

Os cenários propostos são apresentados ao Fórum Técnico de Teste de Estresse. São discutidos os cenários a serem abordados, duração e severidade e plausibilidade de cada choque, assim como as formas pelas quais serão modelados e o nível de detalhamento necessário. Após o trabalho de modelagem e execução dos testes, os resultados são submetidos aos comitês e fóruns técnicos apropriados, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Nu. São discutidas e aprovadas as ações propostas que visam garantir a resiliência da Organização. O Programa de Testes de Estresse é atualizado anualmente e define quais testes o time deverá realizar nos próximos 12 meses.

Em linha com os princípios da Resolução, BCB 265, de 25 de novembro de 2022, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site do Nubank.

28. Gestão de capital

O objetivo do gerenciamento de capital é assegurar a adequação de capital do Grupo através do controle e monitoramento da posição de capital, da avaliação da necessidade de capital tendo em vista os riscos incorridos e os objetivos estratégicos do Grupo; e do planejamento de capital para atender a futuros requerimentos de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Grupo, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de *Asset and Liability Management* (ALM Fórum) é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação ao Comitê de Riscos.

Em Julho de 2023 entraram em vigor novas regras do BACEN estabelecendo a classificação de conglomerados que são liderados por instituições de pagamento, e a Nu Financeira passa a ser integrante do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos, classificado como Tipo 3.

O conglomerado Nu Pagamentos está sujeito a novos requisitos prudenciais, substituindo os anteriores requisitos de capital aplicáveis ao conglomerado financeiro, então liderado pela Nu Financeira. Dada esta diferença, os requerimentos de capital para ambos os conglomerados, Financeiro e Prudencial, não são comparáveis. Informações relacionadas aos índices de Capital podem ser encontradas nas demonstrações contábeis da Nu Pagamentos, controladora direta da Companhia e líder do conglomerado prudencial.

29. Resultados não recorrentes

A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultados a serem classificados como não recorrentes, durante o período deste demonstrativo financeiro.

30. Normas, alterações e interpretações de normas

A Resolução CMN nº 4.966 ("Res. 4.966"), a qual entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Os principais aspectos da nova norma estão relacionados à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros e modelo de provisão de

perda para risco de crédito, além de divulgações adicionais em função destas mudanças.

Quaisquer ajustes nas quantias escrituradas de ativos e passivos financeiros à data de transição serão reconhecidos nos lucros acumulados do próximo exercício.

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

- **Ativos financeiros**

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros". Com base no supracitado, o instrumento financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo através do resultado ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(i) Custo Amortizado: Os ativos financeiros mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, onde esses fluxos de caixa representam pagamentos de principal e juros e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados a custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por qualquer perda de crédito esperada reconhecida e mensurada.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros que são mantidos tanto para a coleta de fluxos de caixa contratuais, onde esses fluxos de caixa representam pagamentos de principal e juros, quanto para a venda, dependendo dos melhores interesses da Companhia, e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor contábil desses ativos será ajustado por qualquer perda de crédito esperada reconhecida e mensurada.

(iii) Ativos financeiros que não atendem aos critérios para custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes serão mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ganho ou perda em um instrumento de dívida que subsequentemente é mensurado a valor justo através do resultado, incluindo quaisquer instrumentos de dívida designados a valor justo, será reconhecido no lucro ou prejuízo e apresentado na demonstração de resultado no período em que ocorreu.

- **Passivos financeiros**

Para fins de mensuração, os passivos financeiros serão incluídos em uma das seguintes categorias:

(i) Passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros serão incluídos nesta categoria quando fornecerem informações mais relevantes, seja porque eliminam ou reduzem significativamente inconsistências de reconhecimento ou mensuração (desajustes contábeis) que ocorreriam de outra forma ao medir ativos ou passivos ou ao reconhecer os ganhos ou perdas sobre eles em bases diferentes, ou porque um grupo de passivos financeiros ou ativos financeiros e passivos é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o grupo são fornecidas nessa base para administração Grupo. Os passivos poderão ser incluídos nesta categoria somente na data em que são incorridos ou originados. Esta classificação será aplicada a derivativos, passivos financeiros mantidos para negociação e outros passivos financeiros designados como tal no reconhecimento inicial.

(ii) Passivos financeiros a custo amortizado: Passivos financeiros, independentemente de sua instrumentação e vencimento, não incluído na categoria mencionada acima, que resultem das atividades ordinárias de empréstimo realizadas por instituições financeiras.

Adicionalmente, não houve alteração na mensuração dos ativos e passivos financeiros, dessa forma, não houve impactos financeiros.

- **Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros**

Quando o modelo de negócios é manter ativos para coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender, a Companhia avalia se os fluxos de caixa dos ativos representam Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ"). Ao fazer esta avaliação, a Companhia considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo de empréstimo básico (ou seja, os juros incluem apenas a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos de empréstimo básicos e uma margem de lucro consistente com um acordo de empréstimo básico). Quando os termos contratuais introduzem uma exposição ao risco ou volatilidade que é inconsistente com um acordo básico de empréstimo, o ativo relacionado é classificado e mensurado pelo VJR. Os ativos

financeiros com derivativos embutidos são considerados na sua totalidade para determinar se os seus fluxos de caixa são SPPJ.

A Companhia já possuía modelo de negócios de gestão de ativos financeiros, de acordo com as determinações da norma internacional IFRS 9 (International Financial Reporting Standards), o qual também atende aos requerimentos da Res. 4.966, inclusive no quesito de teste para SPPJ, implementado para todas as empresas do Grupo globalmente.

b) Taxa de juros efetiva

A Companhia optou pela utilização da metodologia diferenciada para o reconhecimento dos de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, ou seja, (i) será utilizada a taxa de juros contratual para o reconhecimento pro rata temporis das receitas do contrato e (ii) os custos de transação serão apropriados no resultado de forma linear.

A Companhia não possui custos de transação materiais, de acordo com o artigo 13, parágrafos 2, 3 e 4 e com a sua política contábil, que configurem em incremento do valor contábil bruto de instrumentos financeiros e que, por consequência, impactem a taxa de juros efetiva pela metodologia diferenciada, portanto, neste caso, tais custos de transação serão reconhecidos no resultado do período quando incorrerem.

c) Ativos problemáticos

Os principais componentes da definição de ativo problemático podem ser definidos a partir de critérios quantitativos e qualitativos. O critério quantitativo de ativo problemático baseia-se na inadimplência do instrumento financeiro, ou seja, atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos. Além das informações de dias vencidos, as informações qualitativas são utilizadas para determinar a condição do ativo problemático ou da inadimplência. Os critérios adotados pela instituição englobam indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada nos termos pactuados sem que haja recurso a garantias ou colaterais, nos termos da Res. 4.966, Artigo 3º.

A receita do ativo que for caracterizado como ativo problemático, ainda não recebida, não será reconhecida no resultado do período. O reconhecimento ocorrerá apenas quando do seu recebimento ou quando o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo problemático.

d) Baixas de ativos financeiros com característica de crédito ou concessão de crédito

Os ativos financeiros são baixados caso a probabilidade que se recupere o seu valor seja remota, isto é, a Administração não tem a expectativa de recuperar o ativo financeiro. A Companhia realiza avaliações com base em dados históricos observados para a definição do ponto onde a probabilidade de recuperação seja considerada remota. Nesse contexto, a companhia estabelece, de acordo com os critérios de avaliação dos créditos deteriorados, que os ativos financeiros devam ser baixados quando existir algum indicativo de que a obrigação não será honrada.

e) Provisão para Perdas de Crédito de Ativos Financeiros

A abordagem da Companhia será calcular a perda de crédito esperada através da metodologia de probabilidade de o ativo se tornar problemático ("PD") e perda dado o evento de ativo problemático ("LGD"). Em adição ao cálculo da ECL a partir da metodologia descrita, a Companhia também observa as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CMN nº4.966 e BCB 352 para o provisionamento através dos pisos mínimos de perda incorrida requeridos, bem como regras adicionais de provisionamento de instrumentos previamente baixados que foram reestruturados e instrumentos cuja contraparte é Pessoa Jurídica com processo falimentar concluído.

O Grupo calcula diferentes provisões para os instrumentos financeiros classificados em:

- **Estágio 1:** Ativos que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As perdas de crédito esperadas são mensuradas para a probabilidade de ocorrência de ativo problemático nos próximos 12 meses.;
- **Estágio 2:** Ativos que sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As perdas de crédito esperadas ao longo do prazo esperado do instrumento são reconhecidas; e
- **Estágio 3:** Ativo com problema de recuperação de crédito. As perdas de crédito esperadas ao longo do prazo esperado do instrumento são reconhecidas. Quando um instrumento financeiro é classificado no estágio 3, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem ser realocados para o mesmo estágio, salvo condições em que sua finalidade apresente risco significativamente inferior.

A Companhia estima que a transição para a Res. 4.966 resultará em um incremento de provisão para perdas de crédito de ativos financeiros de R\$1.942.024, líquido dos efeitos tributários.

f) Tributos

Com o objetivo de equalizar os aspectos fiscais vinculados à aplicação dos critérios contábeis definidos na Res. 4.966, foi publicada em Novembro de 2022 a Lei nº 14.467/2022 ("Lei nº 14.467") que estabeleceu um novo tratamento tributário para dedução das perdas no recebimento de créditos incorridas pelas Instituições Financeiras e demais entidades autorizadas pelo BACEN na base do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a partir de 1º de janeiro de 2025.

De acordo com os novos critérios definidos pela referida Lei, a dedução fiscal das operações inadimplidas deve seguir percentuais definidos com base no tempo de inadimplência e tipo de operação de crédito.

A realização do ativo fiscal diferido calculado sobre a Provisão para Perdas de Crédito de Ativos Financeiros foi impactada pelo advento do art. 6º da Lei 14.467, a qual determinou que os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidos até essa data, somente serão deduzidos a partir de janeiro de 2026 dentro do prazo de 7 anos. Dessa forma, a Companhia esclarece que a realização do ativo fiscal diferido, alongada pela norma fiscal supracitada, encontra-se devidamente refletida na nota explicativa 25.c - Realização do Crédito Tributário.

g) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para 2027

A Contabilidade de Hedge, cuja vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2027, passa a ter a avaliação da efetividade de operações de hedge de forma prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.